

## **CARTOGRAFIAS ALTERNATIVAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA**

Gisele Girardi<sup>1</sup>  
Lucas do Carmo Falcão de Lacerda<sup>2</sup>  
André Azoury Vargas<sup>3</sup>  
Ludovico Muniz Lima<sup>4</sup>

### **Resumo:**

É quase um consenso tácito de que cartografia é sinônimo de representação do espaço geográfico e por si só justifica-se no interior das práticas educacionais geográficas. Escolhemos, assim, problematizar esta expressão em seus termos “representação” e “espaço geográfico”, pondo em diálogo pela via da análise da produção cartográfica contemporânea as possibilidades de imaginações espaciais outras, como aquela de Doreen Massey (2008), que, ao tensionar a concepção de espaço-superfície põe em cheque a produção cartográfica como avalizadora de um modo hegemônico de pensamento sobre o espaço. Mapas psicogeográficos, mapas híbridos e mapas virtuais articulados ações ativistas são analisados como possibilidades de cartografias alternativas que revelem multiplicidades espaciais. Confrontam-se, assim, os fazeres tradicionais da cartografia escolar com outras cartografias disponíveis, apontando as limitações e as possibilidades do ensino do uso e da produção de mapas como lugar privilegiado da produção de pensamentos sobre o espaço no âmbito da educação geográfica.

**Palavras-chave:** educação geográfica; cartografias alternativas

---

<sup>1</sup> Professora no Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Endereço eletrônico: gisele.girardi@pq.cnpq.br.

<sup>2</sup> Graduando em Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista FAPES/PIBIC-Ufes 2009/2010. Endereço eletrônico: lacerdalcf@hotmail.com.

<sup>3</sup> Graduando em Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista PIBIC-Ufes 2010/2011. Endereço eletrônico: andrezou\_2@hotmail.com.

<sup>4</sup> Graduando em Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista PIBIC-Ufes 2010/2011. Endereço eletrônico: [lud\\_s1@hotmail.com](mailto:lud_s1@hotmail.com)

## **Introdução**

Práticas de ensino que envolvem a utilização de mapas no âmbito da escolarização formal tem sido bastante valorizadas no Brasil nas últimas décadas. Se, por um lado, o acesso a esta linguagem pode ser reconhecida como um avanço no que se refere à ampliação de possibilidades de se produzir conhecimentos sobre o espaço geográfico na escola, por outro se observa que estas mesmas práticas estão, ainda em grande medida, vinculadas a um modo único de entendimento do ato de cartografar.

Tomemos dois exemplos, um deles no âmbito do fazer mapas e outro no âmbito do ler mapas comuns no universo do ensino formal de geografia. Como modalidade do fazer mapas é prática comum a iniciação cartográfica nas séries iniciais do ensino por meio do “percurso casa-escola”. Os desenhos, imaginações do percurso casa-escola, são feitos de acordo com a maneira que o aluno se relaciona com o espaço, porém são, em regra, posteriormente tomados como algo precário, pois não são constituídos com elementos básicos da cartografia formal como norte, visão vertical e escala. O conhecimento da linguagem cartográfica parte deste modo de grafar para negar-lhe a legitimidade de linguagem a falar do espaço.

Como prática situada no âmbito do ler mapas, a maior parte dos mapas de obras didáticas – livros e atlas escolares – tem a fronteira ou o limite político-administrativo como paradigma, legitimando uma forma imaginativa hegemônica de mundo:

Os mapas fazem parte da ficção que o Estado cria, dos discursos de verdade que circulam entre nós. Eles, os mapas, estão a nos educar o pensamento por meio da educação dos olhos para esta ficção, uma educação que nos leva a memorizar as fronteiras políticas como a única maneira de nos movimentarmos – encontrarmos os lugares, referenciá-los, relacioná-los uns aos outros – nas obras cartográficas. Isto se dá de maneira muito mais forte nos mapas voltados aos escolares que nos mapas voltados aos profissionais.

Uma evidente política de criação de uma memória pública (Oliveira Jr., 2009, p. 4).

O que ambas as práticas citadas tem em comum? Elas se articulam a um modo específico de ver o mundo pautado no paradigma cartesiano e na idéia da representação ou retrato daquilo que já está dado a conhecer. Em ambas as práticas didáticas citadas o papel do aluno é reproduzir (dentro de parâmetros técnicos adaptados às diferentes faixas etárias) aquilo que já se encontra como prática culturalmente consolidada de cartografar.

Trata-se, aqui, de problematizar tais práticas pedagógicas e as noções que potencialmente constroem acerca do significado do espacial, buscando entender, no universo de ações em políticas espaciais e suas potencialidades educacionais, tensões e diálogos possíveis que façam avançar a prática cartográfica escolar, inclusive.

Nosso foco, portanto, está no sentido da educação geográfica e não no âmbito restrito do ensino da geografia (restrito, diga-se, no espaço – da escola – e no tempo – da escolarização formal). A educação é, para nós, como um percurso de ampliação cultural, o que significa dizer que o processo educacional se dá a partir de uma imaginação permeada pelos múltiplos elementos que compõem aquilo que chamamos de realidade. Se a dimensão desta realidade que interessa à geografia é a espacial, então, para a geografia, a educação deve ser envolvida em “uma imaginação onde o espaço tem história, tem tensões e desarticulações, tem devires que se configuram com mais potência a partir do jogo político inerente à multiplicidade de relações coetâneas que são, elas mesmas, o espaço” (Oliveira Jr., 2009, p. 7).

Com esta perspectiva de educação geográfica, os parâmetros atuais de ensino de cartografia na escola tendem a entrar em conflito. O que buscamos, aqui, é a compreensão de algumas das origens destes conflitos a partir da própria constituição cultural do saber cartográfico.

## **Mapa e espaço: possibilidades**

Nos dias atuais encontramos com facilidade diversos equipamentos e aplicativos que incorporam tecnologias de geoposicionamento, tais como celulares, GPSs automotivos e Google Earth. Essa popularização do geoposicionamento é reflexo do paradigma da precisão de localização espacial. Este paradigma é o mesmo que se apresenta explicitamente no modo como são feitos os mapas em geral. É o que lhes dá legitimidade de “falar” do espaço, a ponto de ser o balizador quase universal de validade de um produto cartográfico. Isto, no entanto, raramente é visto como uma construção cultural.

Desde o fim da Idade Média, muitos cartógrafos se preocupavam com a busca da precisão localizacional em seus documentos de modo a torná-los mais eficientes para a navegação, combates bélicos e regulação da propriedade privada. Desde então mapas se tornaram cada vez mais aprimorados e precisos. O estabelecimento da cartografia como ramo científico, nos anos 1950, trouxe o modelo cartesiano como base de produção (Kitchin, Perkins e Dodge, 2009).

Ao longo desses anos o progresso cartográfico foi pautado principalmente pelo paradigma da precisão espacial, na qualidade e domínio das informações globais sejam elas políticas ou físicas. Mapas do tipo topográfico, por exemplo, são constituídos em uma estrutura baseada na precisão que tem como função delimitar, reconhecer e dominar territórios. Basicamente cumpre um dos requisitos mais elementares da manutenção do Estado-nação. Compreender essa função política de manutenção do Estado é um passo importante no entendimento do porque ainda se reproduz este modo de elaboração de mapas pelo paradigma da precisão que leva a uma imaginação única sobre a espacialidade.

Na esteira desta tradição, aprendemos a ver os mapas enquanto manifestação gráfica e técnica da própria realidade e somos aprisionados às regras da sua composição. Mapas que tem uma linguagem cartográfica específica e que criam uma realidade por meio dessa linguagem são tomados como paradigmáticos. Assume-se a postura de que aquilo que o mapa representa é real, pela própria pretensão do mapa em sê-lo, já que se diz representativo do espaço, tornando verdadeiro enquanto realidade aquilo que era verdadeiro enquanto linguagem, cultura (Oliveira Jr., 2009) e dessa forma o mapa é visto não como representação mas como a própria coisa representada, o espaço. Decorre disso que estamos

presos historicamente, em grande medida mediante o processo de escolarização, à linguagem cartográfica, sua verdade e seu processo educativo e então nos anestesiámos para outras possibilidades de se pensar o espaço e de “apresentá-lo” de outra maneira.

A eloquência deste discurso (ocidental, capitalista, estatal) acerca do que é mapa praticamente nos impede de pensar em outras possibilidades cartográficas. Cai-se na armadilha de ver mapas como a realidade espacial manifesta, o que é limitante na medida em que se fecha para outras realidades. Ou seja, tradicionalmente, o mapa tem sido vinculado, desde os primórdios de sua utilização no seio da civilização ocidental (antes, portanto, do processo de escolarização em massa), à manutenção de uma forma de poder que se pretende universal, buscando o domínio político sobre a pluralidade presente no espaço.

Na atualidade forma-se, por outro lado, um movimento crítico em relação à cartografia, que, a despeito desta utilização hegemônica do mapa, situa sua produção no âmbito da ressignificação do ato de mapear, orientando a produção cartográfica para a viabilização de uma construção política plural, no sentido mesmo das heterogeneidades que compõem o espaço, uma política democratizante.

Em vez do retrato convencionalizado do espaço em sua dimensão material – aparentemente apolítico, justamente por se pretender retrato – ilustrado pelo exercício cartográfico tradicional, as reflexões da cartografia crítica levam a um produto imagético cunhado por traços específicos de uma ação política que busca ser apresentada em vez de velada pelas vias de uma naturalização do mapa.

Kitchin, Perkins e Dodge (2009) estabelecem uma divisão entre a cartografia representacional, configurada pelos paradigmas de utilização hegemônica do mapa que buscam, a partir da linguagem cartográfica tradicional, dar ao mapa o significado de “representação da realidade”, e uma cartografia pós-representacional, que foge do aparente anonimato político construído à luz de uma idéia de representação, e busca apresentar uma imagem que evidencie, não um quadro que se pretende “espelho” do real espacializado, mas uma mobilização política no espaço criado pelo mapa.

É neste percurso de possibilidades políticas da cartografia pós-representacional que podemos encontrar elementos importantes para pensar uma política democrática e democratizante de atuação no espaço a partir da educação.

A educação cartográfica nas escolas, de um modo geral, tende a reprimir nos estudantes outras considerações a cerca do espaço para a imposição de um pensamento único, pensamento este que segue as normas “clássicas” de produção de mapas e, portanto, reproduz a mesma cartografia representacional. No exemplo citado no início deste texto, da prática do trajeto casa-escola, ao se negar o desenho em detrimento dos aportes técnicos para “virar mapa” o que se fez foi estrangular uma outra imaginação espacial – e uma outra linguagem a lhe dar forma, a do desenho –, desconsiderando as subjetividades, assumindo a idéia de que só existe uma representação do espaço.

Esse pensamento herdado desde a educação escolar é alvo de crítica por pensadores da geografia, que questionam a capacidade do mapa representar o espaço ou mesmo do espaço ser representável. Dentre esses autores destacamos Doreen Massey, que levanta esse debate propondo a abertura do mapa para algo novo, para propostas alternativas para interpretar o espaço. No capítulo denominado “Caindo nas Armadilhas do Mapa”, do livro *Pelo Espaço*, Massey (2008) apresenta uma discussão mais profunda sobre “representação” e “espaço geográfico”, pondo em diálogo, pela via da análise da produção cartográfica contemporânea, as possibilidades de imaginações espaciais. A autora, ao tensionar a concepção de espaço-superfície põe em cheque a produção cartográfica como balizadora de um modo hegemônico de pensamento sobre o espaço.

A autora demonstra preocupação com a assunção generalizada “que mapas (mapas atuais do tipo ocidental) dão à impressão de que o espaço é uma superfície – que é a esfera de uma completa horizontalidade” (Massey, 2008, p. 160). Para ela, o mapa atual se apresenta como um conjunto de sincronias completas, apresenta o espaço como algo estável em que o conjunto de conexões já está estabelecido por completo, não havendo possibilidades para surpresas nesses mapas. Dessa forma o mapa representa o espaço como uma superfície lisa, como um produto acabado, estável, que nos permite tomar as rédeas do mundo.

A autora questiona, então, a realidade dessas representações do espaço geográfico que, para ela, é algo em contínuo movimento, inacabado, buscando sempre novas conexões e se desfazendo de outras a todo tempo. Nesse sentido, repensar o mapa torna-se necessário. Se o movimento de “representação” do espaço nos mapas, de um modo geral, tende a tirar-lhe as espessuras e sincronizá-lo, findando possibilidades sobre o mesmo, é necessário pensar como abri-lo para, por meio dele, tentar novas formas de compreender o espaço, de imaginá-lo.

Este parâmetro nos inspira a um movimento de idéias e percepções para buscar novas interpretações e significações do fazer cartográfico na contemporaneidade, bem como de outras possibilidades de seu uso que não seja exclusivamente para localização. O mapa, para nós, não tem apenas um sentido e um objetivo. Ele pode (e deve), conter elementos que o abram para novas possibilidades; deve, em seus processos de produção e leitura, ativar memórias, sensações, imaginações e sensibilidades no modo como o espaço é experimentado e experienciado.

Por que não pensar a sensibilidade espacial de uma forma física, por exemplo, que envolva a idéia de “calor” e “frio”, interpretando-os como as próprias possibilidades do espacial? Interpretamos essas sensações de modo que o calor signifique movimentações, “multidinamicidade” espacial, a flexibilidade do espaço, aproximando-se da ideia de devir, acontecendo a todo instante e de forma surpresa. E por frio entendemos a rigidez que compõe o espacial, aquilo que endurece e perdura no tempo e espaço sendo, portanto, estruturas pouco mutáveis, com poucas conexões e dinâmicas.

O que manifestamos, ao trazer esta ideia de calor-frio, é a nossa preocupação com o pulsar da vida, o calor, que tende a ficar ausente nos mapas em detrimento de uma estabilidade e de um congelamento. Partindo dessas idéias, desenvolvemos pesquisas sobre outros caminhos possíveis de apresentação do espaço, que desfoquem o exclusivo cartesiano e dêem alguma voz para o novo, para o “calor”, evidenciando a dimensão política das imagens cartográficas. Desenvolvemos, assim, investigações em três caminhos de entendimento da produção cartográfica nessa linha, que chamamos de cartografias alternativas: Mapas psicogeográficos, Mapas híbridos e Mapas virtuais como ação político-espacial.

## **Experimentações e experiências**

A partir das reflexões apresentadas, serão sucintamente expostas a seguir três investigações em curso, vinculadas ao grupo de pesquisa CNPq “Política Espacial das Imagens – POESI” e desenvolvidas na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Brasil, abordando as matrizes de cada investigação e sua contribuição ao diálogo proposto, que é o de apresentar estas cartografias alternativas como contribuição à reflexão e ao diálogo com a cartografia escolar.

São investigações que partem de produtos cartográficos específicos e tem percursos analíticos distintos, mas que compartilham o entendimento da produção da imagem cartográfica como uma via de educação geográfica, ou seja, de possibilidades de imaginar espacialidades que não se prendam no formalismo da linguagem cartográfica em sua matriz cartesiana. Estas investigações compartilham, portanto, o enfoque pós-representacional da cartografia. O mapa é, portanto, entendido como produção e produto de políticas espaciais.

## **Mapas psicogeográficos**

Produções cartográficas desenvolvidas pela Internacional Situacionista (IS) na década de 1950 vem sendo resgatadas como possibilidade de se pensar o espaço na contemporaneidade. A IS tinha como preocupação revelar o relevo afetivo do urbano, ou seja, dar voz, pelo mapa, à relação entre o espaço urbano e seu transeunte. Massey (2008) aponta que “cartografias situacionistas, na medida em que ainda tentam retratar o universo, mapeiam esse universo como não sendo uma ordem única” e “buscam expor as incoerências do próprio espacial (nesse caso, primeiramente, o espaço da cidade)” (Massey, 2008, p. 162).

As cartografias situacionistas eram também chamadas de mapas psicogeográficos, nome oriundo do conceito de psicogeografia desenvolvido pela IS entendido como “o estudo dos efeitos do ambiente geográfico, conscientemente organizado ou não, nas emoções e maneiras, comportamentos e modos de ação, procedimentos e condutas, ações e atos de indivíduos” (Jacques, 2003, p. 87).



Mapas psicogeográficos configuram-se como possibilidade de apresentar o espaço, mas não como correspondente localizacional. Eles buscam promover a experimentação e a experiencição espacial e traduzir numa apresentação o que isso produz, apresentando tensões e desarticulações do espaço, relações imaginativas bem como políticas que compõem o espaço.

Como exemplo deste modo de cartografar, citamos o trabalho de Dias (2006) que desenvolveu um mapa psicogeográfico com crianças em Ipioca, bairro limítrofe de Maceió (Alagoas, Brasil). Utilizando da técnica da deriva, acompanhou o percurso de crianças, entrando em contato com espaços apropriados e significados por aquele grupo. Territórios e lugares foram apresentados pelas crianças à pesquisadora, conectados e ancorados em laços emocionais, espaciais, que funcionavam como fator de afetivação.

Ao entrar em contato com pedaços de Ipioca, significados por laços afetivos das crianças, Dias (2006) elaborou, com elas, um mapa que apresentasse o espaço para aquela realidade infantil, um mapa de intensidades que expõe espaços constituídos por meio do afeto.

Essa produção é potente por gerar uma cartografia diversa daquelas com que estamos acostumados desde a escola. Sua elaboração é uma tentativa de apresentar o espaço de uma forma aberta no mapa, com referentes extraídos da imaginação, da experimentação e da valoração espacial. A educação geográfica promovida por este processo aponta para um modo outro de entendimento do espaço, não sincrônico e não fechado. A sua formação interessa, assim, mais que a sua forma final ou sua funcionalidade. Isto põe em questão como a cartografia escolar trabalha até a atualidade com a ideia de uma forma única de se “representar” o espaço, centrado na forma e na funcionalidade, que é tensionado nessa cartografia situacionista.

## **Mapas híbridos**

A prática cartográfica, de acordo com a perspectiva delineada anteriormente, deve ser instruída por um pensamento espacial. Por simples que pareça esta afirmação, o que se tem visto, como já apontado, é a formatação de leituras espaciais a partir da rigidez do mapa pautado no paradigma da precisão e da localização, no paradigma cartesiano

(Fonseca, 2007). O mapa convencional, pautado neste paradigma, estabiliza o espaço em uma única escala, fazendo com que ele se torne representativo e funcional para localização, percursos e posições absolutas. Reporta também um único tempo, à medida que congela um momento na história, promovendo um “achatamento” na espessura temporal que também compõe o espaço.

Como experimentação deste desafio – de iniciar o mapa num pensamento sobre o espaço e flexibilizar a apresentação do tempo e do espaço absolutos –, partimos do conceito de rugosidades espaciais de Milton Santos para, a partir dele, produzir mapeamentos.

Para Santos (1986), as rugosidades são

“o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados” (Santos, 1986 p. 138).

O entendimento das rugosidades espaciais implica articular múltiplos tempos e escalas, à medida que o espaço constitui-se de heranças de contextos pretéritos que impregnam o processo de produção espacial atual. Porém, o mapa convencional pautado no paradigma representacional-cartesiano, é incapaz de oferecer multiplicidade de tempos e escalas em sua configuração gráfica.

Para dar voz a essas multiplicidades no mapa, cogitamos articular linguagens diversas, imagéticas ou não, que “falem” da espacialidade e seu processo de produção até a contemporaneidade. Chegamos, assim, ao mapa híbrido como alternativa de trabalhar o mapeamento de rugosidades espaciais, assim denominado por englobar diferentes linguagens em sua composição, por possibilitar expor conexões, não conexões e sentidos relativos no entendimento espacial e por fazer com que as multiplicidades escalares e temporais sejam consideradas e expostas no mapa.

Como já dito, a forma de olhar, analisar e identificar um mapa no âmbito escolar é convencional e amplamente aceita. Qualquer um sabe dizer “o que é” e “o que não é” um mapa. A potencialidade do mapa híbrido no âmbito educacional é “desorientar” o modo de visualização, compreensão e interpretação do mapa. Desorientar não no sentido de desconsiderar ou excluir a maneira convencional de se entender o mapa, mas sim de possibilitar e fornecer maneiras outras de entender a espacialidade. Essas possibilidades partem do sentido de que o mapa híbrido expõe diferentes perspectivas na interpretação espacial, múltiplas linguagens, escalas e tempos em um mesmo mapa, fazendo assim com que a idéia de mapa possa ser renovada no âmbito educacional formal. A potência desta modalidade é que, à medida que o leitor do mapa entra em contato com informações espaciais dispostas em diferentes linguagens, tempos e escalas, ele ative suas curiosidades e afetividades, desconstruindo assim a perspectiva única de se ver e pensar o espaço a partir de um mapa.

### **Mapas virtuais como ação político-espacial**

Novas formas de protagonismo político-espacial a partir do uso da cartografia também surgem, no cenário contemporâneo, fixadas sobre o cyberspaço. A internet revela-se hoje uma potente ferramenta de atuação política, configurando-se enquanto uma via de construção e visibilidade de diversas manifestações imaginativas e críticas em relação às problemáticas espaciais.

A plataforma de possibilidades oferecidas pela internet é, para nós, fonte de uma ampla reflexão orientada para o entendimento da dinâmica cyberespacial de produção de conhecimento e de construção de uma relação saber-poder em seu interior. A complexa trama informacional que dá forma a internet (a diversidade, efemeridade e inconstância de informações, sites, blogs, etc., são exemplos dessa complexidade) configura em seu interior uma tensão hegemonia/contra-hegemonia. Por um lado, observa-se um regime “político-estético” (Parra, 2009) de difusão de imagens e informações orientadas à manutenção de uma forma estabelecida de se lidar com o cyberspaço – regime este correspondente a uma política hegemônica, aplainadora dos diversos “gateways” dispostos na internet, construtora de um circuito “universal” de plataformas virtuais “maiores”, polarizadoras de acesso –, ao

passo que, por via de “gateways” postos em condição de “menores” por este regime político-estético, oferece possibilidades de mobilizações virtuais que apresentam imaginações outras de mundo, de construções políticas sólidas de participatividade na conformação do espaço.

Nas entrelinhas de um regime que sufoca as potencialidades múltiplas de ação e expressão no espaço – a partir do cyberspaço -, dispõem-se possibilidades ricas de protagonismo sócio-espacial e são nessas entrelinhas em que agem, hoje, grupos dedicados a dar visibilidade a perspectivas que problematizam o espaço, e a construir ações políticas fortes de atuação sócio-espacial, a partir do uso da cartografia.

Experiências como o projeto de cartografia crítica do Estreito de Gibraltar (Lama, 2009) são exemplares de um direcionamento ativista à prática cartográfica. Com o propósito de estabelecer uma rede virtual de comunicação alternativa na região do Estreito de Gibraltar, coletivos ativistas, hackers e acadêmicos trabalharam num projeto cartográfico que, a partir da produção de uma variedade de mapas, contribuíssem nesse processo, para fins de uma atuação política pró-imigração na região. A constituição dos mapas levou em consideração a utilização de linguagens eficientes, simples e compartilhadas no circuito em que os mapas seriam utilizados, do contexto específico do qual parte a mobilização política naquele (multi)território. Este é um exemplo, mais do que de atuação crítica a partir da cartografia, de protagonismo social pelas vias da Internet, que talvez possamos chamar de cybercartografia ativista.

Frente à riqueza de possibilidades de atuação no espaço provindas de um ativismo virtual, podemos chegar a uma potente mobilização do que compreendemos como espaço, e, conseqüentemente, como concebemos nossas possibilidades de atuação espacial. Uma “grafia” de mundo que tome a internet como plataforma de experimentação e de experiencição de uma atuação espacial nos aproxima da idéia de um espaço múltiplo, ao passo que potencializa uma imaginação na qual a participação política na conformação espacial é, não apenas um horizonte possível, mas uma realidade concreta, comum a todos. Aliada a uma prática cartográfica pós-representacional, o uso desta plataforma virtual torna-se uma expressiva prática educacional voltada à construção de um protagonismo político-espacial.

## **À guisa de conclusão**

O que podemos observar, a partir das discussões e investigações apresentadas, é que cartografias alternativas, consideradas pela via do pós-representacionismo, tem a potencialidade de colocar em questão modos como a tradição cartográfica formal – e sua reprodução escolar – lidam com o entendimento do que é o espaço geográfico.

Talvez esteja aqui o ponto de maior importância, a apresentação de uma multiplicidade espacial para o mundo educacional que não legitime apenas a ordem vigente, tal como faz a cartografia escolar na atualidade. É rica a prática da alteridade e experimentação do espaço por intermédio do mapa como auxílio dessa experiência, que pode não só nos apresentar novos espaços como mudar nossas relações com o meio criando novas intensidades com o espacial.

O viés pós-representacional da cartografia nos parece, assim, fundamental no processo de construir uma educação emancipada de formas absolutas de conhecimento, e inserida em um contexto cultural mais amplo. Exercitar a imaginação espacial por meio da constituição de um espaço livre da convencionalização do mapa é uma forma de estimular, dentro de um processo educacional, a atividade política. Mapas que reflitam de maneira livre a experiência individual do estudante, sua relação com o mundo tal como por ele significado são, para nós uma possibilidade de constituir a consciência de um espaço plural, aberto a experiências múltiplas e rico em política.

## **Agradecimento**

Agradecemos a Wenceslao Machado de Oliveira Junior pela leitura e valiosas sugestões a este texto.

## **Referências**

- DIAS, J. M. M. Arquitetura em jogo: experimentações situacionistas em Ipioca. Maceió, Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado), CT/UFAL, 2006, 119p.
- FONSECA, F. P. O potencial analógico dos mapas. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 87, p. 85-110, dez., 2007.
- GIRARDI, G.; LACERDA, L. C. F. Mapas psicogeográficos e produção de pensamentos sobre o espaço. In. Seminário Internacional Caminhos Atuais da Cartografia na Geografia, 2, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo : USP, 2010. CD-ROM.
- JACQUES, P.B. Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- KITCHIN, R.; PERKINS, C.; DODGE, M. Thinking about maps. In: \_\_\_ (Eds.) Rethinking Maps. Routledge, 2009.
- LAMA, J. P. La avispa y la orquídea hacen mapa en el seno de un rizoma: Cartografía y máquinas, relejendo a Deleuze y Guattari. Pro-Posições, Campinas, v.20, n.3, p.121-14, set./dez., 2009.
- LIMA, L. M.; GIRARDI, G. Reflexões sobre o espaço a partir da análise de cartografias alternativas veiculadas na internet. In: Seminário Nacional do Laboratório de Estudos sobre Espaço e Cultura, 2, 2010, Recife. Anais... Recife : UFPE, 2010. CD-ROM.
- MASSEY, D. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008. 312 p.
- OLIVEIRA JR., W. M. Apontamentos sobre a educação visual dos mapas: a (des)natureza da ideia de representação In: COLÓQUIO DE CARTOGRAFIA PARA CRIANÇAS E ESCOLARES, 6., 2009, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora : UFJF, 2009. CD-ROM.

**Cartografias alternativas no âmbito da educação geográfica.**

Gisele Girardi, Lucas do Carmo Falcão de Lacerda, André Azoury Vargas, Ludovico Muniz Lima<sup>1</sup>

---

PARRA, H.Z.M.. O Leviatã e a Rede: mutações e persistências político-estéticas. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2009.

SANTOS, M. Por uma geografia nova: Da Crítica da geografia a uma geografia Crítica. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

VARGAS, A. A.; GIRARDI, G. Mapeamento das rugosidades do espaço da cidade Alta (Vitória-ES): estudo e proposição de procedimento metodológico. In: Seminário Nacional do Laboratório de Estudos sobre Espaço e Cultura, 2, 2010, Recife. Anais... Recife : UFPE, 2010. CD-ROM.